

**MUNICIPIO
DE
PAREDES DE COURA**



ATA N.º 19/2019 – 17 DE SETEMBRO DE 2019

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

(MANDATO 2017/2021)

(Contém 07 páginas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente: Vítor Paulo Gomes Pereira
Vereador: Tiago Manuel Pereira da Cunha
Vereadora: Maria José Brito Lopes Moreira
Vereador: Vítor Manuel Rosas da Silva

Faltou o seguinte membro:

Vereador: Sérgio de Sousa Caselhos



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Ata n.º 19/2019 da reunião ordinária realizada no dia 17 de setembro de 2019 iniciada às 10h30m e concluída às 11h00.

SUMÁRIO

PÁGINAS

ABERTURA	3
PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO	3
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
DECLARAÇÃO DE GESTÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE NO SETOR PÚBLICO	3
PERÍODO DA ORDEM DO DIA	3
APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR	3
BALANCETE	3
SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS	4
CONCURSO PÚBLICO: CASA GRANDE DE ROMARIGÃES	4
AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DO 1º CICLO DE PAREDES DE COURA - (ANO LETIVO 2019/2020)	5
DELIBERAÇÕES DIVERSAS	6
INTERRUPÇÃO DE TRÂNSITO NORMAL EM VIA PÚBLICA – FESTIVIDADES Nª SRA DO ROSÁRIO, LAMAMÃ	6
CEDENCIA DE LOTES DA ZONA INDUSTRIAL DE FORMARIZ	6
APROVAÇÃO DA MINUTA DESTA ATA	8
ENCERRAMENTO	8



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

ABERTURA

No dia dezassete do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, no edifício dos Paços do Concelho e sala de sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a presidência de **Vítor Paulo Gomes Pereira**, estando presentes os vereadores: **Tiago Manuel Pereira da Cunha, Maria José Brito Lopes Moreira, Vítor Manuel Rosas da Silva e Sérgio de Sousa Caselhos**. -----

A reunião foi secretariada por Ana Clara Ribeiro de Carvalho, técnica superior do Serviço Administrativo e Financeiro do Município.-----

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver quorum para funcionamento do executivo, o presidente declarou aberta a sessão.-----

De seguida foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta do vereador Sérgio de Sousa Caselhos, ausente, por férias.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Não houve assuntos.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

DECLARAÇÃO DE GESTÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE NO SETOR PÚBLICO

O Presidente da Câmara deu conhecimento que no âmbito das recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, o Presidente dá conhecimento a esta assembleia de que passou a desempenhar as funções de Vogal não Executivo do Conselho de administração das Águas do Alto Minho e que estas não colidem com as funções exercidas de Presidente da Câmara, não existindo conflitos de interesses e que estas não são remuneradas, conforme declaração que se anexa a esta ata e dela fica a fazer parte integrante.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

PONTO 01: Aprovação da proposta de ata n.º 18/2019, da reunião ordinária de 03-09-2019, oportunamente distribuída e dispensada de leitura.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata n.º 18/2019, da reunião ordinária de 03-09-2019.-----

BALANCETE

PONTO 02: A Câmara Municipal tomou conhecimento do balancete de Tesouraria, relativo ao dia 30-08-2019, que acusava os seguintes saldos:-----

Fundos de Maneio		
a:	650,00€	seiscentos e cinquenta euros
Vice-presidência:	200,00€	duzentos euros
Vereadora:	200,00€	duzentos euros
DAF	200,00€	duzentos euros
Divisão Administrativa e Financeira		
DECAS	400,00€	quatrocentos euros
Divisão de Educação, Cultura e Ação Social:		
DOSM	400,00€	quatrocentos euros
Divisão de Obras e Serviços Municipais:		
DUA	150,00€	cento e cinquenta euros
Divisão de Urbanismo e Ambiente:		
Em cofre na Tesouraria:	5 290,67€	cinco mil duzentos e noventa euros e sessenta e sete centimos
Depósitos		
Conta n.º 0035/00000038430 (CGD)	115 367,30€	cento e quinze mil trezentos e sessenta e sete euros e trinta centimos



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Conta n.º 0035/00001129320 (CGD)	19 951,92€	dezanove mil novecentos e cinquenta e um euros e noventa e dois cêntimos
Conta n.º 0035/00001129730 (CGD)	3 749,00€	três mil setecentos e quarenta e nove euros
Conta n.º 0018/00032084298020 (BST)	6 975,17€	seis mil novecentos e setenta e cinco euros e dezassete cêntimos
Conta n.º 0018/10533024020 - (BST)	900,18€	novecentos euros e dezoito cêntimos
Conta n.º 0018/14401376020 - (BST)	1 643,81€	mil seiscentos e quarenta e três euros e oitenta e um cêntimos
Conta n.º 0018/14497465020 - (BST)	24 240,67€	vinte e quatro mil duzentos e quarenta euros e sessenta e sete cêntimos
Conta n.º 0018/14 824 607 001 - (BST)	194 557,73€	cento e noventa e quatro mil quinhentos e cinquenta e sete euros e setenta e três cêntimos
Conta n.º 0018/14824607312 - (BST)	682,99€	seiscentos e oitenta e dois euros e noventa e nove cêntimos
Conta n.º 0018/15 094725020 - (BST)	4 681,88€	quatro mil seiscentos e oitenta e um euros e oitenta e oito cêntimos
Conta n.º 0018/15 889736020 - (BST)	13 351,60€	treze mil trezentos e cinquenta e um euros e sessenta cêntimos
Conta n.º 0018/17568171020 - (BST)	3 269,69€	três mil duzentos e sessenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos
Conta n.º 0018/17996034020 - (BST)	595,23€	quinhentos e noventa e cinco euros e vinte e três cêntimos
Conta n.º 0018/24966582020 - (BST)	38,65€	trinta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos
Conta n.º 0018/32379778020 - (BST)	4,22€	quatro euros e vinte e dois cêntimos
Conta n.º 0079/00490503810 - (BIC)	1 181,93€	mil cento e oitenta e um euros e noventa e três cêntimos
Conta n.º 0079/00490503820 - (BIC)	€	
Conta n.º 56 436 347 - (BCP)	4 076,14€	quatro mil e setenta e seis euros e catorze cêntimos
Conta n.º 54700062007 - (NOVO BANCO)	6 071,78€	seis mil e setenta e um euros e setenta e oito cêntimos
Conta n.º 54700868009 - (NOVO BANCO)	6 624,22€	seis mil seiscentos e vinte e quatro euros e vinte e dois cêntimos
Conta n.º 0045/40024534053 (CCAM)	21 337,29€	vinte e um mil trezentos e trinta e sete euros e vinte e nove cêntimos
Conta n.º 0045/4028562054 (CCAM)	78 260,68€	setenta e oito mil duzentos e sessenta euros e sessenta e oito cêntimos
Conta n.º 0045/40285634511 (CCAM)	494 831,13€	quatrocentos e noventa e quatro mil oitocentos e trinta e um euros e treze cêntimos
Conta n.º 0010/3654235001001 (BPI)	5 561,15€	cinco mil quinhentos e sessenta e um euros e quinze cêntimos
Conta n.º 0019/20000383 (BBVA)	26 403,69€	vinte e seis mil quatrocentos e três euros e sessenta e nove cêntimos

SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS

CONCURSO PÚBLICO: CASA GRANDE DE ROMARIGÃES

PONTO 03: Apreciação, discussão e votação de proposta de projeto de execução da empreitada “Casa Grande de Romarigães”, nos termos da informação e peças que se anexam: -----

Considerando: -----

1. A abertura do aviso para a apresentação de candidaturas ao Património Cultural - Infraestrutural, Aviso n.º NORTE-14-2019-17, com uma taxa de financiamento de 85%; -----
2. Que um dos critérios de elegibilidade, conforme previsto na alínea (i) do ponto 5.2.2 do referido aviso, é a apresentação de projeto técnico de execução aprovado, demonstrando que o beneficiário está em condições de lançar o procedimento concursal assim que a candidatura for aprovada; -----
3. O elevado interesse patrimonial da Casa Grande de Romarigães numa perspetiva de intervenção que vise a valorização e promoção de bens histórico-culturais públicos e de equipamentos com vocação cultural e de elevado interesse turístico; -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

4. No âmbito do projeto “casa Grande Romarigães” está previsto o desenvolvimento da Ação 1 que prevê a recuperação estrutural da Casa Grande de Romarigães, dotando-a das novas valências, nos termos construtivos descritos na memória descritiva do projeto de arquitetura.-----

Propõe-se:-----

1. A aprovação do Projeto de Execução para a empreitada Casa Grande de Romarigães; -----
2. O valor base do procedimento para a execução da empreitada não deverá exceder € 299.941,67 (duzentos e noventa e nove mil novecentos e quarenta e um euros e sessenta e sete cêntimos), acrescido de IVA. -----

Para os devidos efeitos, informa-se que:-----

1. O procedimento de contratação pública apenas será aberto após a aprovação da candidatura, pelo que deverá ser presente uma informação a este Executivo das restantes condições do procedimento ao abrigo do DL n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação em vigor. -----

Paredes de Coura, 16 de setembro de 2019-----

“Foi deliberado, por unanimidade, aprovar:-----

- o Projeto de Execução para a empreitada Casa Grande de Romarigães; -----
- o valor base do procedimento para a execução da empreitada não deverá exceder € 299 941,67 (duzentos e noventa e nove mil novecentos e quarenta e um euros e sessenta e sete cêntimos), acrescido de IVA. -----

AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DO 1º CICLO DE PAREDES DE COURA - (ANO LETIVO 2019/2020)

PONTO 04: Apreciação, discussão e votação de proposta de renovação contratual de aquisição de serviço de transporte escolar dos alunos do 1ª ciclo de Paredes de Coura – (ano letivo 2019/2020, que se transcreve:-----

“Considerando:-----

1. O contrato celebrado entre esta autarquia e a Empresa de Transportes Courense, Lda. para a prestação de serviço de transporte escolar dos alunos do 1.º Ciclo de Paredes de Coura;-----
2. Estar prevista a sua renovação, de acordo com a cláusula 3.ª do caderno de encargos; -----
3. De acordo com a cláusula 6.ª do caderno de encargos, a entidade adjudicante terá de apresentar um mapa de percursos atualizado, com os novos pontos de recolha para o presente ano letivo; -----
4. Que as condições contratuais se mantêm; -----
5. Para efeitos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e sendo o prazo contratual de um ano letivo, o compromisso em causa tem caráter plurianual. -----

Propõe-se:-----

1. A autorização para renovação do contrato com o valor contratual de € 2,05 (dois euros e cinco cêntimos) / km, acrescido de IVA à taxa legal, de acordo com a proposta adjudicada e com o mapa de percursos que se anexa; -----
2. A aprovação do compromisso plurianual;-----
3. A aprovação da minuta do contrato. -----

Para tal informa-se que:-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar e de acordo com o artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder o valor de € 56.321,70 (cinquenta e seis mil trezentos e vinte e um euros e setenta centimos), acrescido de IVA, para o ano de 2019. O montante para o restante período de vigência do contrato encontra-se inscrito no orçamento municipal.

Foi verificada a existência de fundos disponíveis para o montante estimado para 2019, sendo que a assunção do compromisso apenas será efetuada no momento imediatamente a seguir à decisão juridicamente válida, de acordo com o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

Em cumprimento do estipulado no n.º 1 e 3 do artigo 63.º da Lei n.º 41/2018, de 31 de dezembro (LOE para 2019), o encargo global do compromisso a assumir com o presente contrato não ultrapassa os gastos incorridos em 2018, com contratos celebrados com a mesma contraparte. -----

Paredes de Coura, 13 de setembro de 2019. -----

À consideração superior. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar: -----

1. a autorização para renovação do contrato com o valor contratual de € 2,05 (dois euros e cinco centimos) / km, acrescido de IVA à taxa legal, de acordo com a proposta adjudicada e com o mapa de percursos que se anexa; -----
2. o compromisso plurianual; -----
3. a minuta do contrato. -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

INTERRUPÇÃO DE TRÂNSITO NORMAL EM VIA PÚBLICA – FESTIVIDADES Nª SRA DO ROSÁRIO, LAMAMÃ

PONTO 05: Apreciação, discussão e votação de pedido de interrupção de trânsito normal em via pública para realização das festividades em honra de Nossa Senhora do Rosário, em Lamamã, Paredes de Coura Bico. - -----

Pela Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário, de Lamamã, Paredes de Coura foi presente um requerimento para emissão de licença para interrupção de trânsito normal em via pública, nos dias 04 a 06 de outubro, das 00h00 às 24h00, para os dias 4 e 5 e das 12h00 às 21h00, do dia 6, para realização das festividades. Tem em anexo o parecer previsto nos termos do n.º 1 do art.º 31º do Decreto-lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, conjugado a alínea. d) do Art.º 7.º do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/2005, para corte de via pública, pelo Comandante do Posto da GNR, de Paredes de Coura, de que não vê inconveniente no pedido. -----

Tem ainda o parecer dos serviços administrativos com o seguinte teor: 'O presente pedido cumpre os requisitos, no entanto, nos termos do n.º 1 do Art.º 8.º do Decreto-regulamentar n.º 2-A/2005 de 24 de março, é competência da câmara municipal, do concelho onde a atividade se realiza autorizar. Perante o exposto considero que se deve levar à próxima reunião do executivo para ratificar. -----

"Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a emissão de licença de interrupção de trânsito normal em via pública para realização das festividades em honra de Nossa Senhora do Rosário, em Lamamã, Paredes de Coura". -----

CEDENCIA DE LOTES DA ZONA INDUSTRIAL DE FORMARIZ

PONTO 06: Apreciação, discussão e votação do protocolo de cedência de lotes da Zona Industrial de Formariz a PROFITMARGIN UNIPessoal, Lda, que se transcreve: -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

“O MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA, ente de direito público equiparado a pessoa coletiva n.º 506 632 938, representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Vitor Paulo Gomes Pereira, adiante designado 1.º outorgante e a ----

PROFITMARGIN UNIPessoal Lda, NIPC 514 787 937 com sede na Rua António Nicolau de Almeida, nº 45, 3.5 – 4100 – 320 PORTO, representada por Filipe Osório de Sousa Felgueiras Lopes, adiante denominado 2º outorgante ----

acordam entre si o presente protocolo, nos termos das cláusulas seguintes:-----

1ª.-----

A 2.ª Outorgante pretende criar a sua unidade de restauro de automóveis. -----

2.ª-----

A 1.ª outorgante cede à 2ª, para os fins referido na cláusula 1ª, o Lote nº 500 da Zona Industrial de Formariz, com a área total 472 m2 (quatrocentos e setenta e dois metros quadrados). -----

3.ª-----

1. A cedência a que se refere a cláusula 2.ª far-se-á no regime de constituição do direito de superfície pelo período de 30 anos. -----

2. Até doze meses antes do termo do prazo fixado no número anterior, se o superficiário tiver interesse em permanecer para além dele, manifestá-lo-á ao primeiro outorgante. -----

3. No prazo de trinta dias, a contar da comunicação a que se refere o número anterior, a câmara municipal:

a) informará o superficiário da não aceitação da sua pretensão; ou -----

b) convidará o superficiário para as necessárias negociações. -----

4ª.-----

1. Pela constituição do direito de superfície, a segunda outorgante pagará ao primeiro o preço simbólico de 0,01 € (um cêntimo) por metro quadrado de terreno, no valor total de 4,72 € (quatro euros e setenta e dois cêntimos). -----

2. A 2.ª outorgante compromete-se a criar 4 novos postos de trabalho na unidade industrial. -----

3. A segunda outorgante pagará ainda a tarifa de urbanização aplicável (art.º 7.º do Regulamento das Zonas Industriais), no valor de 2,91 €/m2, relativa à área de 72 m2, infraestruturada pelo primeiro outorgante, no valor de 209,52€ (duzentos e nove euros e cinquenta e dois cêntimos). -----

5ª-----

a) O 2º outorgante só poderá usar o referido terreno para os fins determinados na cláusula 1.ª do presente protocolo. -----

b) A 2.ª outorgante obriga-se a manter a atividade industrial referida pelo período de duração do contrato, sendo motivo de resolução a inatividade da unidade industrial por um prazo que ultrapasse três anos. -----

6.ª-----

1. O 2º outorgante obriga-se a iniciar a construção para a instalação da unidade industrial no prazo máximo de um ano, a contar da assinatura do presente protocolo e a assegurar a sua entrada em funcionamento no prazo máximo de dois anos a contar da mesma data. -----

2. A 1ª outorgante isentará a 2ª do pagamento das taxas de licenciamento das obras, a título de incentivo, ao abrigo do disposto no artigo 9.º do Regulamento das Zonas Industriais. -----

3. O 2º outorgante fica obrigado a todos os trâmites legais de licenciamento da unidade industrial. -----

7.ª-----

A escritura pública de constituição do direito de superfície será outorgada no prazo máximo de um ano a contar da assinatura deste documento. -----

8.ª-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Quando o superficiário não cumprir os prazos estabelecidos nas cláusulas 6.^a a 7.^a, a 1.^a outorgante notificará-lo-á da ocorrência da situação de mora e concederá prazo para se pronunciar, nos termos da lei em vigor à data. Caso o Município não aceite a justificação apresentada para a mora e não conceda prazo adicional, poderá ser deliberada a extinção do direito de superfície, com a consequente reversão do terreno, nos termos da cláusula 10.^a.---

9.^a -----

1. A 2.^a Outorgante obriga-se à instalação de sistemas de redução da poluição em todos os processos de fabrico e nas atividades que desenvolver. -----

2. Os resíduos poluentes que, mau grado, vier a produzir serão convenientemente tratados e eliminados pelo 2.^o outorgante, preservando o meio ambiente e os recursos naturais, em especial as águas. -----

10.^a -----

1. O incumprimento de qualquer das obrigações contratuais assumidas pela 2.^a Outorgante, sem prejuízo de outras sanções previstas no ordenamento jurídico, constitui fundamento para a resolução do contrato, revertendo o direito de superfície para a esfera jurídica da 1.^a Outorgante. -----

2. Na situação prevista no número anterior, o devedor poderá adquirir o terreno pagando o preço devido, a valor de mercado, referido à data da resolução.-----

11.^a -----

As partes declaram conhecer o Regulamento das Zonas Industriais, aprovado em 2008 05 19 pela Câmara Municipal e em 2008 06 20 pela Assembleia Municipal, que as obriga e aqui se dá por integralmente reproduzido. Por assim terem acordado e tal corresponder às vontades das partes, vão outorgar o presente protocolo, de que se farão dois exemplares (um para cada parte). -----

Paredes de Coura, 2019 08 06 -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar os termos do protocolo transcrito de cedência de lote à PROFITMARGIN UNIPessoal Lda, NIPC 514 787 937 com sede na Rua António Nicolau de Almeida, nº 45, 3.5 – 4100 – 320 PORTO, representada por Filipe Osório de Sousa Felgueiras Lopes.-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DESTA ATA

No termo desta reunião, foi deliberado, unanimidade, aprovar esta ata em minuta. -----

ENCERRAMENTO

-----E não havendo mais nada a tratar, pelo presidente, foi encerrada a reunião, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente e pela secretária. -----